

Relatos da demanda por uma formação superior multicultural a distância que poderia ser ofertado pelo instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima

Paulo Fernando de Lucena Borges Ferreira¹⁵⁵

Ananda Machado¹⁵⁶

Resumo

Este estudo tem por interesse compreender a Formação Superior Indígena Multicultural, em como este contexto resguarda uma nova demanda atual: a necessidade que o Instituto de Formação Superior Indígena em Roraima - INSIKIRAN, presente na Universidade Federal de Roraima - UFRR, observe a viabilidade de um Curso de Formação Superior em Língua Macuxi na modalidade a Distância. Visando cumprir esse propósito, baseado em modelo pesquisa bibliográfico qualitativo, fora feita uma correlação do tema com publicações, textos, teses, artigos e dissertações que favoreceram uma melhor compreensão sobre essa realidade e, posteriormente, em momento de análise quantitativa de dados coletados pro meio de entrevista oral gravada por meio de aplicativo de rede social (WhatsApp), se obteve o relato de algumas descrições dos entrevistados, sinalizando a necessidade de um curso de Formação Superior em Língua Macuxi.

Palavras-chave: Formação Superior. Multiculturalismo. Línguas Indígenas.

¹⁵⁵ Mestrando Programa de Mestrado em Letras Universidade Federal de Roraima (UFRR), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1046-4573>; Email: prof.lucenaferreira@gmail.com.

¹⁵⁶ Professora Titular no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Roraima (UFRR); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3363-2587>; Email: ananda.machado@ufrr.br.

Abstract

This study intends to understand the Higher Indigenous Multicultural Formation, as this context safeguards a new current demand: the need for the Institute of Indigenous Higher Education in Roraima - INSIKIRAN, present at the Federal University of Roraima - UFRR, to observe the feasibility of a Superior Training Course in Macuxi Language in the Distance modality. Aiming to fulfill this purpose, based on a qualitative bibliographic research model, a correlation of the topic with publications, texts, theses, articles and dissertations was developed, favoring a better understanding of this reality and, later, at a moment of quantitative analysis of the data collected for the medium of oral interview recorded by means of a social network application (WhatsApp), we obtained the report of some descriptions of the interviewees, signaling the need for a course of Higher Education in Macuxi Language.

Keywords: Higher Education. Multiculturalism. Indigenous Languages.

Introdução

Este estudo trata-se de Artigo contendo parte do conteúdo ainda em andamento, que comporá a Dissertação intitulada: “Demandas e Possibilidades de um Curso de Língua Macuxi a Distância na Universidade Federal de Roraima”.

Neste contexto, este trabalho se fundamentou em compreender a Formação Superior Indígena Multicultural e a necessidade de se considerar a criação de um Curso superior de Língua Macuxi que possa ser disponibilizado diretamente nas comunidades locais de origem (e não apenas na capital), assumindo assim um novo posicionamento da formação acadêmica e exercício cidadão de emancipação dos indivíduos que compõem esses núcleos sociais que são histórica e culturalmente diversificados.

Visando cumprir essa finalidade, por meio de perfil bibliográfico qualitativo de pesquisa, a sistematização do tema relacionou os objetivos propostos com

bibliografia que ampliasse uma melhor reflexão sobre este assunto. Dessa forma essa teoria se fundamentou em estudos de Baniwa (2010), Bobbio (1992), Canclini (2004), Cavalcanti e César (2007), Fernandes (2008), Freitas (2003) e Meliá (1999), Maher (2007), McLAREN (2000), possibilitando uma melhor discussão sobre a ótica de estudo.

Na análise, a temática fora correlacionada teoricamente com declarações da professora do Programa de Pós-graduação em nível de mestrado PPGL/UFRR, Dra. Ananda Machado (MACHADO, 2018) e do Professor de Língua Macuxi, Sr. Welinton Costa Mafra (MAFRA, 2018), proporcionando maior compreensão do cenário em estudo.

Compreender como a Formação Superior indígena multicultural pode servir como um elemento que considere demandas de Formação Superior em Língua Indígena em Roraima, visto que não existem ainda graduações com este teor, tendo somente sido disponibilizado cursos de extensão acadêmica por professores falantes de línguas indígenas locais, surge como uma oportunidade de motivar uma melhor reflexão sobre o direito dos povos que formam essa identidade local diversificada. Pode possibilitar também uma visão mais ampla sobre o direito de acesso à Formação Superior dos povos indígenas de Roraima dentro das suas realidades multiculturais. Ainda serve para despertar o interesse para que sejam feitos outros estudos que oportunizem discussões sobre este assunto.

Pressupostos teóricos

A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INTERCULTURAL NO BRASIL

Os primeiros estudos sobre Formação Superior Indígena no Brasil estão presentes nos estudos de Meliá na década de 1970. Com relação à educação e a formação pedagógica voltada aos indígenas, Meliá (1999), destaca:

A ação pedagógica tradicional integra sobretudo três círculos relacionados entre si: a língua, a economia e o parentesco. São os círculos de toda cultura integrada. De todos eles, porém, a língua é o mais amplo e complexo. O modo como se vive esse sistema de relações caracteriza cada

um dos povos indígenas. O modo como se transmite para seus membros, especialmente para os mais jovens, isso é a ação pedagógica (MELIÁ 1999, p. 03).

Carvalho; Fernandes e Repetto (2009), destacam que diferentes culturas geram diferentes fontes de conhecimento que poderiam superar limites da razão, servindo como fontes de interação entre diferentes povos e diferentes indivíduos de maneira ampla e diversificada:

Poderíamos considerar a ciência como uma cultura do conhecimento que faz parte da cultura em sentido amplo. Assim entendemos que a ciência entendemos que a ciência é apenas parte do real, e por isso pode ser segmentada em disciplinas e áreas de conhecimento, o que nos obriga a buscar diálogos inter e transdisciplinares. Enquanto a cultura é uma realidade completa e auto-construída a partir do diálogo com outras culturas, que expressa uma visão do mundo, é um olhar sobre a totalidade do real, do todo, embora sempre o veja em parte. As culturas são fontes de conhecimento e auto-compreensão que superam os limites da razão, e nos levam a pensar nos limites do Ser (CARVALHO; FERNANDES; REPETTO, 2009 p. 101).

A cultura, conforme o destacado por Carvalho; Fernandes e Repetto (2009) se fundamenta na celebração do conhecimento em suas relações de diálogo social e constante, multifacetando contextos e celebrando encontros de diferenciadas possibilidades de interação sociocultural, o que diretamente, amplifica o sentido e entendimento da visão de mundo.

Tubino (2003) entende que o multiculturalismo contribuiu para gerar tolerância e equidade cultural, sendo que de mesmo modo gerou também ilhas étnicas, sociedades paralelas, o que de algum modo, fomentou um outro modo de etnocentrismo vez que, por vezes um grupo cultural, não consegue estabelecer trocas culturais efetivas com outro grupo, havendo novas demandas de superem concepções equivocadas que hajam relações de maior importância entre uma cultura e outra.

Assim, esse novo modo de compreender a cidadania intercultural se posiciona no entendimento de que os “povos indígenas existem muito antes da concepção ou criação do Estado” e, partindo deste entendimento, essa compreensão deve motivar o resguardado das diferentes realidades e perspectivas

de sua identidade cultural, legitimando suas demandas de direito no Estado (TUBINO, 2003, p.182).

Para tanto, nesse processo de reconhecimento e resguardo de identidade cultural diversificada, também se verifica a necessidade de uma formação acadêmica que se adéque aos contextos presentes nessa “formação cultural diferenciada dos povos indígenas”, como a exemplo dos presentes no Estado de Roraima. Esse novo perfil acadêmico, encontra seu reflexo também nos elementos que construirão novos perfis profissionais que se adéquem a diferentes realidades fluídas embasadas em amplas visões de mundo (GOMES; SILVA, 2006, p.15).

Repetto (2008) descreve que a defesa fundamental da cidadania intercultural deve absorver em seu conceito a concretização de uma sociedade, onde a cidadania deixe de ser um conceito abstrato e homogeneizante, para gerar uma sociedade que respeite o direito das pessoas individualmente, bem como o direito das coletividades.

Visando atender a essa demanda atual por uma formação acadêmica multiculturalizada, o Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima - UFRR, têm contribuído para a formação de profissionais eficientes e que atendam às necessidades da comunidade local dando todo o suporte necessário para que estes alunos possam atuar de maneira significativa e eficiente. Essa formação diferenciada tem possibilitado o exercício de uma cidadania intercultural que englobe direitos e liberdades já reconhecidos em demandas internacionais como o direito à vida, a livre determinação dos povos, à justiça, à liberdade, igualdade de tratamento e tutela diante da lei, liberdade de expressão, informação, direitos relativos às minorias étnicas, religiosas e linguísticas bem como e ao exercício e reconhecimento de sua própria cultura (BOBBIO, 1992).

Essa formação intercultural atua de maneira individual, mas também cria oportunidades de ampliação do reconhecimento de direitos coletivos valorizando diversidades multiculturais e pluriculturais em Estados Internacionais, “sem, no entanto, afetar sua unidade interna” (REPETTO, 2008, p.71).

Este processo pode viabilizar uma nova visão dos diferentes processos culturais formativos dos povos indígenas, visto que no decurso da história tem sido

deixado de lado pelos indígenas mais jovens que buscam os grandes centros urbanos para viverem e conduzirem suas vidas, esquecendo-se de como foram construídas suas culturas, as conquistas e perseguições que seus povos sofreram e ainda assim, persistem na defesa da paz e da unidade de seus povos. Nessa idealização, a Formação Superior Indígena tem contribuído por valorizar essas riquezas culturais observada nesses povos, colaborando academicamente e cientificamente para que esses diferentes profissionais em suas comunidades tratem de suas peculiaridades e diversidades culturais de maneira altruísta, integral e relevante, provocando o autoconhecimento e o retorno às origens culturais de onde esses indivíduos foram criados. Tal posicionamento ainda se propaga na comunidade local, valorizando seus conceitos e autopercepções identitários, tão necessárias.

Cada vez mais os povos indígenas no Brasil buscam o reconhecimento de suas especificidades culturais que implicam em modificações não homogêneas dentro de formações interculturais especificadas. A análise e abordagem nos centros de estudos, sejam acadêmicos, sejam de Formação Superior, emerge uma perspectiva que contribui brilhantemente na sociedade local, aumentando a percepção de como cada vez mais, os núcleos sociais diversificados em seus pluralismos culturais; tornam-se ricos em suas peculiaridades culturais e seus conhecimentos multiculturalizados.

Considerações sobre a política brasileira de formação superior indígena

A política nacional com viés de Formação Superior por meio de diferenciados conteúdos em território nacional é baseada no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI. São diretrizes e orientações fundamentais para o trabalho com diferentes áreas do saber com propósito de formação nas escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental. Conforme prevê o Ministério da Educação, o RCNEI tem por finalidade oferecer bases orientadoras para o desenvolvimento de programas de educação escolar no contexto indígena, atendendo aos seus próprios interesses e peculiaridades. No entanto, este contexto, não pode, ou não deveria afastar-se de princípios como pluralidade

cultural e equivalência de tratamento para os cidadãos como um todo. Tal posicionamento também deve ser fundamento para a elaboração de material didático para a formação de professores indígenas (BRASIL, 1998).

Paladino (2012) constata hoje no Brasil a existência de 26 cursos de Licenciaturas Interculturais, funcionando junto às Universidades Públicas, todos financiados pelo Ministério da Educação, exclusivamente para a formação de professores, mas isso pode ser ampliado, contemplando até mesmo a Educação a Distância. Surgem, aos poucos, bacharelados específicos, como por exemplo, em Gestão Territorial Indígena, bem como Faculdades Interculturais. Outra forma que possibilita a presença de estudantes no ensino superior é propiciada por políticas de cotas, que se materializa em fomentar o ingresso por meio de reserva de vagas, bem como bônus que consiste em acréscimo de pontos nos processos seletivos e vagas suplementares em cursos regulares e convencionais.

Nesse movimento de descoberta, há uma maior valorização da própria cultura como algo que está posto dentro de um panorama de modificação construtiva de novos processos históricos ampliando a “percepção de que os direitos individuais e coletivos diversificados” são direitos históricos, cuja gênese está fecundada nas experiências vividas por um núcleo social através dos tempos (BOBBIO, 1992, p. 18).

Pode-se compreender que há um grande interesse dos povos indígenas pelo ensino superior, relacionando essa demanda com a aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e marginalização. A educação superior pode servir, portanto como:

ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários, de suas instituições e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades (BANIWA, 2010, p.8).

Conforme Baniwa (2010) a universidade está aliada à afirmação do indivíduo, partilhando da crença que há, no olhar estimado do outro, a possibilidade de construir ou reforçar a autoestima coletiva dos povos ameríndios, reforçando assim as suas identidades étnico culturais.

Nas palavras de Fernandes (2008), informando de que há uma grande necessidade de acesso aos professores indígenas à qualificação superior de suas formações acadêmicas, verificamos:

É importante ressaltar a necessidade em formas específicas de ingresso para indígenas e, sobretudo, de estratégias para garantir a permanência dos mesmos no ensino superior, uma vez que somente possibilitar o ingresso, não é suficiente para garantir a formação. Dessa forma, pode-se afirmar que a atuação dos Núcleo Insikiran foi um avanço sem precedente. Prova disso é que em 2007 ingressaram 71 novos estudantes indígenas somente por meio de Processo de Seleção Específica na UFRR, sem contar os que entraram por processo regular (5 alunos), e nas faculdades particulares. [...] Há que se garantir a criação de políticas permanentes nessas instituições caso do Curso da Licenciatura Intercultural. Há também que se reforçar o segundo elemento deste processo, que não de garantir a permanência dos estudantes nos cursos para que consigam concluí-los com êxito. Somente assim os estudantes poderão atender as suas comunidades e contribuir com a melhoria da qualidade de vida das mesmas (FERNANDES, 2008, p. 42).

Compreender as implicações necessárias às especificidades dos povos e suas culturas e trazer ao debate a desconstrução de um paradigma homogeneizante que cria uma falácia que todos seriam iguais. Seria um equívoco não levar em consideração que há diferentes características cognitivas e culturais estando desigualmente distribuídas (CANCLINI, 2004).

Respeitar essas individualidades é respeitar nosso próprio mundo. Nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse. A distância para compreender inicia o processo dialógico. Conhecer é reconhecer a presença do outro: a compreensão sempre é, em certa medida, dialógica (BAKTHIN, 1992).

Sobre isto, Silva (2011) destaca que a valorização da identidade tem forte relação sociológica e representativa, isto soma uma grande quantidade de elementos ricos nessas relações, podendo servir de recurso, ou viés transformador dos envolvidos. Essas representações somam contribuições culturais, experiências formativas e a construção de possibilidades para o exercício cidadão desses indivíduos. Hall (1999), define esses elementos presentes nessas interações sociais diversificadas e amplas, com fluidez cultural, pois estão em constante modificação, reestruturação e interação. Essas interações amoldam-se às necessidades nas quais esses indivíduos estão inseridos, vivendo suas histórias de vida.

Cavalcanti e César (2007), de igual modo, destacam que essa interação social evidencia-se por meio de identidades com amplas traduções e significações, como a exemplo das identidades culturais presentes nos povos indígenas de Roraima. À medida que as instituições de Formação Superior valorizam essa necessidade de favorecer o acesso ao ambiente acadêmico por parte desses diferentes grupos sociais superam-se modelos equivocados e excludentes.

Xavier e Cortez (2003) ainda informam que existem uma enorme quantidade de influência nos modos culturais em diferentes instâncias e modos de pensamento humano, isso deve ser tido como uma grande oportunidade formativa para o conhecimento e para a conservação dessa cultura que faz parte da identidade do povo brasileiro.

A Formação Superior indígena abrange a necessidade de uma diversificada e ampla capacitação acadêmica aos professores indígenas que possibilite uma inserção em suas culturas de modo a defender, disseminar e possibilitar a propagação de uma identidade indígena mais plena e carregada de sentimento de cultura própria e preservação de tradições que permeiam longos processos históricos.

A necessidade do reconhecimento de uma formação superior indígena e multicultural (a questão da etnicidade e identidade indígena diversificada)

Conforme explica Freitas (2003) ser índio cristaliza-se no sentimento de pertencer a um determinado grupo étnico, num movimento, ao mesmo tempo, de exteriorizar ao mundo o que se é e internalizado no próprio indivíduo que se reconhece nessa condição, pois dentro dele está uma grande quantidade de relações reflexas de sua cultura e de sua identidade

Pode-se perceber assim, que os povos indígenas possuem demandas presentes nessa relação de interação com sua própria culturalidade, necessitando, desta forma, de um reconhecimento por parte dos ambientes acadêmicos de formação superior. Por meio dessa formação especificada, dentro de sua realidade local e adequada ao seu grupo de vivência cultural, esses indivíduos podem ter suas cidadanias reconhecidas e valorizadas, por sua própria origem

Paredes (1996) ainda determina que a luta e reivindicações dos indígenas brasileiros, corresponde às suas necessidades de reconhecimento de:

[...] diversidade linguística e cultural, [...] e reconhecimento de uma educação própria, bilíngue, intercultural, específica e diferenciada, conforme o que declara a Constituição Federal “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (Art 231 CF/88) (PAREDES 1996, p. 13).

Paredes (1996) ainda destaca que essa formação deve ater-se à necessidade de uma adequação pedagógica à língua de alunos indígenas;

A existência e o direito a uma educação está fundamentada no reconhecimento da coexistência de duas ou mais populações (índios e não índios) dentro de um mesmo território, e portanto, de uma diversidade cultural e linguística; o que quer dizer que uma educação indígena tem que ser pelo menos intercultural e bilíngue. Só quando for assim, poderemos falar de uma educação própria dos índios, pois respeitará e valorizará a sua própria língua e a sua cultura. Quando isto acontecer, se reconhecerá e valorizará a identidade indígena (PAREDES 1996, p. 15).

É de extrema importância compreender que os aspectos culturais e de pluralidade étnica devem ser observados, quando da formação de professores para atuarem dentro da realidade educacional de povos indígenas. Etnicidade é essencialmente uma “forma de interação entre grupos operando no interior e contextos sociais comuns” (OLIVEIRA; BAINES, 2005, p.12). Os mesmos autores afirmam que a Etnicidade abriga, em maior ou menor grau, sistemas de interação entre nacionalidade que, em termos estruturais, influenciam (falando isto em alta e determinante influência), à medida que somam diferentes contribuições em sistemas interétnicos diversificados (OLIVEIRA; BAINES, 2005).

Compreendendo este ponto, conforme os autores, isto significa que:

A natureza da identidade étnica não guarda homologia com a da cultura, ainda que ambas, mantenham estreita interação. A rigor, dos elementos ditos culturais, sempre estarão a serviço da identidade como sinais diacríticos, diferenciadores, planejados pelos indivíduos e grupos para marcar simbolicamente suas respectivas, especificidades (OLIVEIRA; BAINES, 2005, p. 11).

As histórias dos povos indígenas no Brasil é uma história que sempre esteve atrelada às lutas pela terra, pela cultura e pelo reconhecimento de uma identidade indígena de amplo sentido e diferenciada. Paredes (1996) descreve a relevância da valorização multicultural que respeite a identidade de um povo quando diz:

A história dos povos indígenas latino-americanos é a história da luta pela terra esta luta lhes permitirá a valorização da sua língua e da sua cultura, valorização que dará origem a uma nova luta, a luta por uma educação, por uma educação própria, na sua própria língua e que ensine aspectos da sua cultura. Neste sentido, a manutenção e a defesa da identidade de um povo passa pelo respeito a [...] sua mesma cultura, [...], pois sem ela se desequilibram e se desarticulam (PAREDES, 1996, p.14).

Há uma necessidade evidente que os professores indígenas tenham uma Formação Superior que lhes forneça essas considerações e aspectos, para tornar integral e integralizado os mais diversos saberes presentes em suas culturas. Essa complexidade de requisitos necessários e educacionais exige um alto “nível de formação e capacitação docente dos educadores, pela existência de características linguísticas, culturais, históricas, sociais, econômicas e políticas e particulares” (PAREDES, 1996).

Assim como, o descrito por Jovchelovitch (2003) que estabelece como condição *sine qua non* (sem a qual não pode existir) que toda a representação sociocultural humana depende diretamente das relações presentes nos pluralismos oriundos de suas próprias expressões sociológicas.

Woodward (2000) destaca que diferentes culturas expressam-se por meio de diversificados de contextos simbólicos presentes em dois aspectos muito marcantes, o sociológico e o histórico. A realidade indígena é inerente a essas perspectivas, tamanha a sua amplitude. Sobre o mesmo entendimento, Minayo (1994) descreve que não há como se compreender as perspectivas sociais presentes em diferentes conjecturas vivenciadas nas identidades humanas, sem aprofundar as traduções e relações presentes nos contextos sociológicos de sua realidade.

Compreender uma Formação Superior indígena com qualidade e que leve em considerações contextos importantes como as Etnicidades e Multiculturalidades,

surtem com um fator determinante de reconhecimento da cidadania indígena no Brasil, respeitando suas individualidades e realidades sociais diferenciadas:

A existência da condição intercultural da educação indígena, especialmente através da escola, garante o reconhecimento da cidadania dos índios brasileiros, pois, como os povos indígenas têm que reagir com a população nacional, na sua maioria não-índia, eles teriam acesso a aprofundar e desenvolver seus próprios saberes e conhecimentos, além dos conhecimentos e valores da comunidade nacional, que facilitem a melhor convivência e compreensão das duas realidades. Somente através de uma educação que garanta um reconhecimento e respeito das duas realidades, entendidas como diferentes, mas não irreconciliáveis, se estará garantindo uma educação que promova a cidadania dos índios, tanto local (como índios), como nacional (como brasileiros), sem perda das suas identidades [...] nesse sentido, precisa-se de professores de ótima qualidade, tanto em seus conhecimentos, como no domínio de aptidões de ensino, e com uma ideia e consciência do significado de interculturalidade. Portanto, não é suficiente contratar indígenas como professores, senão que se tem que contratar indígenas suficientemente capacitados como professores (PAREDES, 1996, p.16).

Poroloniczak (2002), escrevendo sobre como deve ser a formação intercultural e superior indígena, informa:

10. As escolas indígenas serão criativas, promovendo o fortalecimento das artes como formas de expressão de seus povos.
11. É garantido o uso das línguas indígenas e dos processos próprios de aprendizagem nas escolas indígenas.
12. As escolas indígenas deverão atuar junto às comunidades na defesa, conservação, preservação e proteção de seus territórios.
13. Nas escolas dos não-índios será corretamente tratada e veiculada a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e o racismo.
14. Os Municípios, os Estados e a União devem garantir a educação escolar específica às comunidades indígenas, reconhecendo oficialmente suas escolas indígenas de acordo com a Constituição Federal.
15. A União deverá garantir uma Coordenação Nacional de Educação Escolar indígena, interinstitucional, com participação paritária de representantes dos professores indígenas (POROLONICZAK *et al*, 2002, p.13).

Permitir uma Formação Superior Indígena multicultural embasada em diferentes contextos étnicos possibilitaria identificar que o ser humano possui suas diversificadas realidades e individualidades, sendo que a vivência acadêmica também deve superar a hegemonia preconceituosa que isola o indivíduo, de modo a

evidenciar a riqueza de construções históricas multifacetadas com específicas expressões de construção sociológicas e fluxos de tradições.

A necessidade de um curso de formação superior em língua Macuxi distância que poderia ser disponibilizado no Insikiran - UFRR

Entre suas atribuições, o Insikiran detém a incumbência de viabilizar a formação acadêmica multicultural por meio das atividades administrativas e formativas presentes na UFRR, que conforme bem explica Carvalho, Fernandes, e Repetto (2009) assume o interesse de permitir políticas públicas educacionais e atitudes institucionalizadas para atender os interesses dos povos indígenas em Roraima.

Cumprir destacar que o Insikiran, até o presente momento, têm ofertado à comunidade geral, em se tratando de cursos de Língua Indígena (Macuxi e Wapishana), apenas cursos de extensão, não havendo, por exemplo, um curso de formação de professores (graduação) com essa finalidade. Assim, o que se tem ensinado no Instituto Isikiran é originado da experiência de indígenas que se comunicam em Língua Indígena nas em suas comunidades de origem e, devido a esta experiência pessoal, deslocam-se até a cidade para ensinarem com ajuda de dicionários e alguns manuais já publicados, sobre essas línguas indígenas.

Sobre isto, Oliveira (2003, p.39) informa que a Declaração dos Direitos Linguísticos, mais precisamente em seus artigos 46 e 23, diz que estabelece que “toda comunidade linguística tem direito à preservação de seu patrimônio linguístico e cultural”.

De igual modo, Sílvio Coelho dos Santos, em sua obra intitulada “Educação e sociedades tribais” publicada na década de 1970 (SANTOS, 1975) esclarece que as instituições de ensino superior devem ofertar possibilidade de formação acadêmica voltada às necessidades de povos com constituição étnica, histórica e cultural altamente diversificadas, como a exemplo dos povos indígenas de Roraima. Isso só vem a enobrecer os direitos diversificados das minorias. Maher (2007), também tecendo comentários sobre a Formação Superior de professores que tratem sobre Língua Indígena, destaca que não há com se considerar diversidades culturais sem

abranger possibilidades, aos povos indígenas, de conhecerem, entenderem e dominarem a língua de seus antepassados. Somente desta forma se poderia permitir a conservação e o resgate cultural tão necessários a esses indivíduos.

Somente por meio dessas atitudes institucionais e pedagógicas, de acordo com o que afirma Soriano Ayala (2001) se poderá assumir uma luta mais ampla contra a segregação, o isolamento e a deterioração da identidade cultural presente nos pluralismos culturais, tal qual o presente nos povos indígenas de Roraima efetivando contextos pedagógicos multiculturais que se adéquem as demandas desses grupos.

Discussão

Diferentes cidadanias geram diferentes demandas na sociedade. A Formação Superior indígena possui muitas perspectivas ainda a serem pensadas como estratégias de formação de profissionais que possam, de maneira efetiva, corresponder às realidades das comunidades indígenas em Roraima. Contudo, muito se tem feito, para de algum modo criar oportunidades que favoreçam mecanismos multiculturais, sejam de didáticas formativas, sejam de acesso a conteúdos que integram estratégias de ensino inclusivas, aos alunos indígenas.

Tratando disto, adentrando os dados para a análise da realidade em estudo, foram obtidas algumas declarações de professores da UFRR por meio de aplicativo de rede social, a primeira, no dia 02 de maio de 2018 (MACHADO, 2018) e a segunda, no dia 25 de maio de 2018 (MAFRA, 2018), que foram transcritas de forma descritiva que, conforme destaca Manzini (2006) possibilita a tradução verbal adaptada de um determinado cenário em estudo.

Assim, por meio das declarações feitas pela professora do Programa de Pós-graduação em nível de mestrado PPGL/UFRR, Dra. Ananda Machado (MACHADO, 2018) e o Professor de Língua Macuxi Sr. Welinton Costa Mafra (MAFRA, 2018), foram evidenciados importantes relatos sobre a realidade pedagógica multicultural presente no Instituto Insikiran da UFRR.

Ao serem questionados sobre o que entendem como sendo Formação Superior Multicultural, a Professora Ananda Machado informou que considera esta, como sendo a formação que comunica-se com múltiplas culturas convivendo e trocando experiências de formação (MACHADO, 2018).

Já o Professor de Welinton Silva, de Língua Macuxi, destacou que se trata de um perfil de Formação Superior que entende a realidade das diferentes comunidades indígenas de Roraima, compreendendo como as suas vivências participam dessa realidade no ambiente da faculdade (MAFRA, 2018).

Fleuri (2001) relaciona que a perspectiva multicultural assume uma multiplicidade de diferentes práticas culturais que se encontram gerando imbricações que se confrontam entre diferentes sujeitos, ampliando significações e trocas culturais coletivas. Isto pode favorecer diferentes aprendizagens e diferentes contatos culturais no ambiente acadêmico.

Ao segundo questionamento, os dois professores entrevistados foram perguntados sobre como a Formação Superior Multicultural pode beneficiar acadêmicos de Roraima. A esta pergunta a Coordenadora do Insikiran Professora Ananda Machado disse que o multiculturalismo pode favorecer o aluno no sentido deste compreender que não é só o ponto de vista dele que deve participar do ambiente acadêmico, mas de outras culturas também, de outras visões de mundo, bem como outras formas de vivenciar culturas diferentes (MACHADO, 2018).

Mafra (2018), relaciona essa realidade com o fato de que o multiculturalismo pode proporcionar uma visão mais ampla da vida do indígena, das diferentes comunidades e como essa visão está em contato com os conteúdos de sua formação acadêmica, a exemplo, da Língua Indígena que pode ajudar o aluno a compreender a realidade de seus amigos e parentes falantes dessas línguas que antes, este não compreendia, ou compreendia apenas um pouco.

Quando indagados se a Formação Superior Multicultural disponibilizada pela UFRR no Insikiran tem beneficiado os mais diferentes povos indígenas em Roraima, a Professora Ananda Machado pontuou que tem visto uma boa atuação da instituição em nesse sentido. O Insikiran permitido um ambiente de formação com amplos recursos para que diferentes povos e diferentes culturas troquem e

adquiram conhecimentos bem como possam manifestar de modo muito amplo suas realidades. Ainda assim segundo apontou a Coordenadora, deve ser levado em consideração que há muito ainda a ser feito, pois as didáticas formativas nem sempre tem se efetivado na vida do aluno, pois estão não abarcam alguns povos específicos em seu acesso, como no caso do Ingarikó e Yanomamis, que nem sempre conseguem compreender o português (MACHADO, 2018).

Mafra (2018) compreende que os povos indígenas têm tido muitos benefícios com essa formação diferenciada presente na UFRR e no Insikiran, pois por meio dela os alunos indígenas podem obter formação acadêmica necessária para atuarem com qualidade nas suas comunidades de origem.

Sobre isto, Mac Laren (2000) afirma que a Formação Superior multicultural soma-se ao papel democrático das universidades correspondendo a um incentivo acadêmico para contribuição de demandas presentes nas diferentes comunidades indígenas espalhadas pelo Brasil, vez que esses Cursos de Formação Superior adequam-se tanto em propostas formativas como em grade curricular às realidades e demandas presentes nas comunidades de origem desses alunos. Essa formação possibilita uma emancipação desses povos, tornando-os detentores de oportunidades iguais as que indivíduos não índios têm acesso.

Ao serem questionados se a UFRR tem disponibilizado Formação Superior multicultural suficiente aos diversos povos indígenas em Roraima e se haveria alguma coisa a ser melhorado neste contexto, a Professora Ananda Machado observa que a UFRR tem feito muito pela interação e troca cultural entre os diferentes povos indígenas de Roraima, no entanto nem tudo está sendo valorizado, uma vez que há ainda perspectivas mais específicas, por exemplo, no caso de alunos yanomamis. No caso destes alunos, o aprendizado deveria ser mediado por um intérprete, o que ainda não é disponibilizado no Insikiran e isso pode ocasionar dificuldades no acesso ao conhecimento formativo na faculdade. A Coordenadora Ananda ainda considerou que falta espaços mais amplos para diferentes culturas de fato vez que nem sempre se realizam trocas culturais favoráveis às amplas experiências de formação (MACHADO, 2018).

Mafra (2018) pontuou que a Formação Superior multicultural disponibilizada pela UFRR e o Insikiran tem sido suficiente uma vez que entende melhor a realidade do aluno indígena de sua comunidade, sendo que essas realidades ainda podem melhorar, pois algumas etnias ainda encontram a barreira presente na língua nesse processo de aprendizagem.

Essas informações ajudam a compreender a realidade dos alunos indígenas em Roraima. Também favorecem uma melhor reflexão sobre a Formação Superior Indígena e Multicultural e questões reflexas sobre etnicidade e identidade indígena. Ajudou ainda a esclarecer melhor sobre a necessidade de considerar os aspectos presentes no contexto das línguas indígenas de Roraima para um efetivo exercício pedagógico multicultural.

Segundo Machado (2002) as Instituições de Formação Superior no Brasil devem assumir um papel inclusivo de favorecer o exercício cultural em diferentes perspectivas, assumindo esse papel livre de preconceitos e modelos equivocados ou ainda homogeneizantes.

Repetto (2008), na obra *Propostas Educativas em Cidadania Intercultural* também informa que a formação multicultural é aquela que se personifica numa sociedade plural, onde a cidadania deixe de ser um conceito abstrato e homogeneizante. Essa cidadania assume um papel mais abrangente, construindo uma sociedade que respeite o direito das pessoas e das coletividades. E nessa perspectiva, o Insikiran tem somado esforços para promover essa inclusão acadêmica, valorizando identidades culturais presentes na formação dos povos de Roraima.

Por fim, foi perguntado aos professores se seria importante a disponibilidade de um curso de Formação Superior em Língua Macuxi, na modalidade a distância que formasse professores nas localidades mais distantes da capital de Roraima (Boa Vista), que pudesse ser disponibilizado pelo Insikiran/UFRR.

Machado (2018) destacou que seria de grande valia pois nem sempre os alunos conseguem chegar à capital para obterem uma formação acadêmica. Destacou ainda que ainda não há nenhum curso de formação de professores em uma das várias línguas indígenas de Roraima, sendo este um tema que deve ser

considerado pela Universidade Federal de Roraima, visto que traria muitos benefícios para os seus participantes.

Mafera (2018) relatou que os professores que lecionam no Insikiran em Cursos de Língua Indígena (Macuxi e Wapishana) são falantes da língua sem uma formação acadêmica nessa área para esta finalidade. São moradores da comunidade indígenas que aprenderam com seus avós, seus pais, seus parentes de convívio comum e desenvolveram o domínio da língua. Destacou que seria muito interessante uma formação acadêmica neste sentido, pois ajudaria a criar profissionais gabaritados para atuar em sala de aula. O professor ainda frisou que isso serviria para revitalizar a cultura dos povos indígenas de Roraima evitando que esse conhecimento dessas línguas se perdesse com o tempo.

Sobre isto, Freitas (2003) considera que à medida que as Instituições acadêmicas assumem esse papel criam-se mecanismos para garantia de direitos presentes no resguardo do exercício cultural dos povos e minorias historicamente constituídos por meio de diferentes processos e diversificados contextos culturais, cedendo ao apelo do outro de suas realidades e visões de mundo.

Pode-se perceber neste estudo, mesmo que de maneira breve e sintetizada, que a UFRR tem cumprido de maneira efetiva seu papel no que diz respeito à Formação Superior Indígena multicultural atendendo a essa demanda local em Roraima.

Considerações finais

O multiculturalismo hoje surge como uma grande oportunidade de trocas culturais. Isso acontece em diferentes realidades no exercício de interação social dos indivíduos nas suas vivências diárias. As instituições de formação superior no Brasil também participam deste contexto. Roraima possui uma formação cultural ampla com diferentes povos indígenas que atuam neste cenário de maneira direta, constante. A Universidade Federal de Roraima tem servido como um celeiro de formação de profissionais de alto desempenho no mercado local, disponibilizando seus acadêmicos, tanto indígenas como não indígenas oportunidades equitativas de

conhecimento e capacitação técnica para o mercado de trabalho. Têm também oportunidades expressões culturais, trocas de experiências que têm, pouco a pouco desmistificado conceitos, reelaborado oportunidades de conhecimento que podem servir como instrumentos de valorização cultural dos povos originários locais.

A Formação Superior Indígena multicultural é uma forma de reconhecer direitos destes povos com grande diversidade cultural, baseada em suas formações étnicas diferenciadas, favorecendo que lá, dentro da realidade das comunidades indígenas de Roraima, possa ser fomentadas oportunidades de conhecimento de interação e desenvolvimento destas comunidades com profissionais que vieram até a Universidade Federal em busca de realizarem sonhos que lhe permitam ter ferramentas suficientes para seu exercício cidadão.

Assim sendo, esses ambientes de formação acadêmica devem compreender que mesmo abrangendo contextos de identidade cultural diversificada, formação étnica diferenciada, como as presentes nos povos indígenas de Roraima e na realidade dos alunos que tem tido acesso à Formação Acadêmica multicultural na UFRR por meio do insikiran, ainda não há um Curso de Formação Superior em Língua Macuxi que possa formar professores nessa modalidade de conhecimento.

Notadamente, como o observado nos relatos dos professores do Instituto Insikiran, muito se tem feito para valorizar o acesso desses indivíduos à formação superior. No entanto, ainda está presente e latente necessidade de que se amplie horizontes formativos às necessidades das diferentes demandas daqueles alunos sejam eles indígenas ou não, que queiram obter uma formação superior em Língua Indígena. Viabilizar essa oportunidade à formação superior resolveria satisfatoriamente problemas de acesso de alunos que moram em comunidades mais distantes que nem sempre conseguem transporte para vir a cidade ou local para se hospedarem a fim de cumprir essa etapa em suas formações de conhecimento.

Compreender que essa demanda cria a oportunidade de se pensar um curso na modalidade a distância em suas comunidades de origem pode favorecer a formação de profissionais que atuem diretamente no seu contexto social, enobrecendo o seu papel na revitalização cultural de seu povo.

Este estudo serve como uma reflexão e uma melhor compreensão sobre esses contextos, favorecendo ainda outros mais que possam contribuir para amplo entendimento sobre a Formação Superior Indígena multicultural.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.55.
- BANIWA, Gersem. **Territórios etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira**. In: CONAE, 2010, Brasília. Anais. Brasília, DF: MEC, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.
- CANCLINI, Néstor García, **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Buenos Aires: Gedisa, 2004.
- CARVALHO, Fábio, FERNANDES, Maria Luiza, REPETTO, Maxim. **Acesso e permanência de indígenas ao ensino superior: O Programa E'ma Pia**, UFRR. Boa Vista: Editora da UFRR, 2009.
- CAVALCANTI, Marilda C; CÉSAR América L. **Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio**. 2007.
- FERNANDES, M. L. **Indígenas no ensino superior: vagas específicas na UFRR**. In: REPETTO, M.; FERNANDES, M. L.; NEVES, L. (Org.). *Universidade inconclusa: os desafios da desigualdade*. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura: estudos emergentes**. Ijuí. Ed. Unijuí-RS, 2001.
- FREITAS, Déborah de B. A. P. **Escola Makuxi: identidades em construção**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Experiências étnico-culturais para formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed., 152 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- JOVCHELOVITCH, S. **Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 63-85.
- MACHADO, Ananda. **Entrevista concedida por meio de aplicativo de rede social em 02 de maio de 2018**. Boa Vista, 2018.
- MACHADO, Cristina G. **Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MAFRA, Costa Weliton. **Entrevista concedida por meio de aplicativo de rede social em 25 de maio de 2018**. Boa Vista, 2018.
- MAHER, T., M. **Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural**. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Orgs.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 67-94.

- MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.
- McLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MELIÁ, Bartolomeu. **Educação indígena na escola**. São Paulo, Caderno CEDES, 1999, p. 01.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In: JOVCHELOVITCH, S. & GUARESCHI, P. (orgs.), **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Vozes.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen G. **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 11-17.
- OLIVEIRA, G. M. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em políticas linguísticas**. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; Florianópolis: IPOL, 2003.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e sociedades tribais**. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- SORIANO AYALA, E. (coord) **Identidad cultural y ciudadanía intercultural: su contexto educativo**. Editorial La Muralla, S.A. 1ª ed., 1ª imp. Madrid, 2001.
- PALADINO, Mariana. **Educación escolar indígena: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina**. Buenos Aires: Antropofagia: 2012, pp. 279-295.
- PAREDES, José Bolívar Burbano. **Educação indígena e identidade**. In: ASSIS, Eneida (Org.). **Educação Indígena na Amazônia: Experiências e Perspectivas**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, 1996.
- POROLONICZAK, Juliana Aparecida; Marques, Denise Pereira Cruz; BAR, Eliana Cristina; NOGUEIRA, Eliane Gomes. **A formação dos Professores Indígenas no Paraná: uma questão a ser resolvida**. In: Seminário e Políticas Sociais no Brasil, 2002, Cascavel - PR.
- REPETTO, Maxim, *et al.* **Propostas em cidadania intercultural**. Boa Vista: Editora UFRR, 2008, p.19.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- TUBINO, Fidel. **Ciudadanías Complejas y Diversidad Cultural**. In: N. Vigil & R. Zariquiey (editores). **Ciudadanías Inconclusas. El ejercicio de los derechos sociedades asimétricas**. GTZ - PUCP. Lima, 2003. p. 167-191.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**, in T. T. da Silva (org.J), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- XAVIER, Antonio Carlos.; CORTEZ, Suzana. (orgs.). **Conversas com Linguistas: Virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, 200 p.

Recebido: 22 out. 2018
Aceito: 20 fev. 2019